



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES
Secretaria Executiva
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT
Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação – CTPII

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE POLÍTICAS DE INCENTIVO À INOVAÇÃO – CTPII

EXERCÍCIO DE 2021.

Abertura: Aos 14 dias do mês de setembro de 2021, na Sala de Reunião Virtual, acessada pelo link: <https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/mcti-cggf>, na Plataforma Conferência Web, da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa – RNP, foi iniciada a reunião, com a participação dos seguintes membros: o Secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTI, **Paulo César Rezende de Carvalho Alvim**, da Secretaria de Empreendedorismo e Inovação – SEMPI, como Presidente; o Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – Finep, **General Waldemar Barroso Magno Neto**; o Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos do MCTI, **Marcelo Gomes Meirelles**, da Secretaria de Estruturas e de Projetos – SEFIP, além de contar com a presença virtual dos seguintes convidados: os membros da Finep: André Luz de Godoy – Diretor da Diretoria Administrativa, Felipe A. Caetano de Bastos – Assessor da Presidência, além dos servidores do MCTI: Johnny Ferreira dos Santos, Diretor do Departamento de Governança Institucional – DGI, Lilian Rose Peters – Coordenadora-Geral de Governança de Fundos – CGGF (Substituta), Paula Regina Comin Cabral, Coordenadora de Gestão de Fundos – COGEF, Marcela Galo Teodoro – Assistente/CGGF, Elenice Thomas Carvalho – Assistente Técnico/COGEF, e Sílvia Cássia da Silva da CGGF. O Presidente da Câmara Técnica, Sr. Paulo Alvim dá início à reunião agradecendo a presença de todos e informa que há uma certa urgência, visto que as decisões desta reunião são condições para a reunião do CCF que está próxima a acontecer, permitindo também a preparação para o material da próxima reunião do CD-FNDCT. Informa que alguns itens serão tratados, principalmente os que se referem aos limites de subvenção econômica e de equalização. Na sequência, o Presidente da Câmara Técnica informa que foi encaminhado aos membros a proposta da nova portaria que insere as questões de terminologia nos itens de enquadramento necessário, com a proposta de não alteração da última portaria dos valores percentuais a serem equalizados. O presidente da CTP informa também, que defende o posicionamento do Sr. Meirelles na última reunião, em que o pleito foi o de sinalizar uma postura mais agressiva na redução dos percentuais de equalização. Também são incorporados o programa 2: temas prioritários com um benefício equivalente ao programa Conecta, além de alguns ajustes com a lista de programas prioritários, com duas observações: a lista anterior tinha o Tema 1 – internet das coisas e demais tecnologias habilitadoras da indústria 4.0, Tema 2: educação e foi incorporado o tema 3: tecnologias para o desenvolvimento sustentável e qualidade de vida. Destaca que um ponto importante é que no art. 3º da portaria, é abordado a definição dos valores de equalização para o ano de 2021, assunto este já discutido amplamente no MCTI na proposta do FNDCT e um valor de subvenção econômica além da incorporação da portaria que define os temas prioritários do MCTI. Destaca que outro aspecto é acerca de recursos destinados para capital de empresas no valor de 22 milhões. Os valores de equalização, subvenção e participação no capital de empresas são valores que devem constar na proposta do FNDCT para ser apreciado pelo CD/FNDCT no plano anual de investimentos. Com a proposta apresentada, passa a palavra ao Sr. Waldemar Barroso da Finep que acrescenta que tendo em vista as manifestações realizadas pelo CD/FNDCT acerca da realização de estudos quanto ao empréstimo reembolsável informa que a orientação é que se mantenha as taxas atuais, com os indicadores já aprovados pela proposta de lei orçamentária suplementar. Informa ainda que a minuta de portaria aborda algumas medidas que já vem sendo adotadas com relação à promulgação da lei complementar, onde o período atual é de transição e com várias demandas inerentes ao PLOA, subvenção etc. Com relação à diminuição do percentual de equalização, houve algumas medidas internas que ainda estão sendo realizadas e foram adotadas algumas ações. Cita a 1ª RE do CD/FNDCT onde houve uma carta de manifestação do próprio Conselho favorável à manifestação, onde haveria a criação de um grupo de estudos. Informa que devido à conveniência, por hora é que sejam mantidos os percentuais. Com a palavra, o Conselheiro Marcelo Meirelles informa que recebeu toda a documentação previamente à reunião e volta a manifestar sua discordância com os índices apresentados, informando que os

índices colocados para a equalização não têm relação com a questão da manifestação do CD-FNDCT e informa que estes valores permitem até o limite de 90% de equalização com recursos do não reembolsáveis para tornar atraente os reembolsáveis para empresas. Reitera que os índices apresentados são inadequados e entende a necessidade de colocar os valores para subvenção em 2021 como um passo importante para a próxima reunião do CD/FNDCT e lamenta que com as três reuniões já ocorridas, não houve avanço na proposta com relação aos valores percentuais de TJLP para um número mais factível, a fim de tornar os recursos do FNDCT com mais eficácia e eficiência para a ciência e tecnologia. Gostaria de deixar clara a sua posição e informa não se opor à aprovação. Na sequência, o Presidente da Câmara Técnica informa que o único ponto de questionamento é com relação aos percentuais de TJLP e reforça um último pedido à Finep e questiona se não existe uma margem para a redução destes valores, visto os questionamentos já colocados anteriormente pelo Conselheiro Meirelles. Nesse sentido, informa que o objetivo das discussões é chegar a um consenso, visto a solicitação já realizada anteriormente pelo Sr. Ministro no início da nova gestão. Informa que na reunião de hoje será necessário a deliberação dos valores, e volta a ponderar que a Finep apresente uma redução dos percentuais apresentados. Cita por exemplo que a linha 4 que trata sobre Apoio Direto à Inovação-Inovação para Desempenho não deveria existir. Fala que poderia haver um esforço no sentido de diminuir os percentuais e sugere que poderia haver uma redução de 5 pontos percentuais e a eliminação da linha 4. Na sequência, o Conselheiro Meirelles entende o esforço que está sendo realizado para a redução dos percentuais, em tempo que informa sua preocupação com os números apresentados. Informa também que não há problema em acompanhar o posicionamento do Presidente da Câmara Técnica, aprovado a proposta por unanimidade e cita ainda que já foram realizadas duas reuniões, com a presença dos Diretores da Finep, e informa que sugeriu números há época, para cada uma das linhas e que não houve avanço em 9 meses. Fala que caso mexer em percentuais agora não seria algo adequado e informa que seu posicionamento é sobre não discordar. Mas reitera que seja registrada sua inquietação acerca dos percentuais apresentados para a subvenção e equalização. Nesse sentido, informa que concorda com a aprovação. O Sr. Johnny sugere que sejam aprovados os valores apresentados e que seja registrado em ata o posicionamento do Conselheiro Meirelles, ao tempo que sugere que a Finep apresente a cada semestre novas alternativas, para que em janeiro/2022, com a próxima reunião o assunto possa evoluir. O presidente da Câmara Técnica agradece o posicionamento apresentado pelo Sr. Meirelles e reitera sua proposta acerca de eliminar a linha 4 e na tabela no art. 2º, é apresentado 100% da TJLP. Lembra que houve uma manifestação anterior deste Conselho em não dar mais 100% de TJLP, que se refere ao Inova Credi Conecta e Inova Credi 4.0. Lembra que esta foi uma discussão anterior e que não haveria a aplicação de 100% da TJLP e que não está sendo respeitado. Estes são os dois pontos apresentados pelo Presidente da Câmara Técnica. Com a palavra, o General Barroso: Eu tenho participado de reuniões do Conselho Diretor e meu voto tem sido pela abstenção e terminada a deliberação eu tenho buscado seguir as orientações do FNDCT, dos Comitês Setoriais e, estou entendendo que o Conselho Diretor está trabalhando sob a nossa orientação e pode se até criar GT para tratar desse assunto. Marcelo Meirelles: Sim, mas o GT vai tratar do assunto melhor. É a troca do indicador de correção. Inclusive ontem no GT também foi instituído esse grupo e a discussão é tirar a TJLP da taxa de captação dos recursos do FNDCT pela Finep, que é aquela proposta, o Johnny sabe, inclusive foi uma proposta que partiu do Ministério e que foi desconsiderada no trâmite do Projeto de Lei 135. Tentamos ainda inserir essa mudança na discussão e não foi possível. Então o que está sendo tratado, e isso foi capitaneado ontem pela equipe da MEI, de voltar a discussão sobre alterar a taxa do reembolsável, porque aí sim, se você tiver uma taxa de reembolsável menor, não precisa da equalização. Então esse grupo é propõe trocar a TJLP por TR, mas acho que isso ninguém vai concordar. A nossa proposta é colocar uma taxa arbitrada pelo Conselho, como por exemplo é no FAT. Johnny: O Conselho já se posicionou discordando da manutenção da TJLP. O fato é que já houve o entendimento sobre a inadequação da TJLP e não adianta subir o valor da parcela reembolsável de 25% para 50% dos recursos do Fundo. Com o mesmo custo de captação, permanecerá a dificuldade de escoar os recursos, a não ser que continue praticando uma política de equalização generosa, o que com o aumento dos contratos de financiamento significará mais recursos não reembolsáveis para viabilizar a equalização. Se a economia entrar num processo de retomada de investimentos, aumentando a demanda de financiamento das empresas e mantida a TJLP, os valores de equalização, hoje em cerca de R\$ 300 milhões/ano, podem subir e ultrapassar facilmente R\$ 500 milhões/ano. Talvez até triplique a demanda, em relação ao que está sendo praticado. É um problema que precisa ser resolvido, a solução mais viável é a redução da taxa de captação da Finep junto ao FNDCT. Uma nova taxa que possibilite a Finep a pegar mais barato é solução do problema. Enquanto isto não ocorrer, a Finep deverá dar continuidade aos programas, racionalizando os procedimentos e custos envolvidos na concessão, junto às empresas, dos créditos obtidos junto ao FNDCT. Não há garantia de que haja uma alteração legal, no curto prazo, para equacionar o problema. O fato é que, independente da solução definitiva do problema, há a necessidade de aprovar as regras para a operacionalização dos recursos de 2021. Eu não estou aqui defendendo A ou B, a questão é a seguinte, se a Finep entender que não dá para baixar muito os atuais percentuais de equalização, demonstre isso. Caso haja espaço para a redução que seja feito. O importante para

ambas as situações é ter o devido embasamento técnico. Então a sugestão é manter esta política, como está sendo trabalhado atualmente, e desenvolver o assunto, de forma técnica e fundamentada em outro cenário. Eu não acho que vamos conseguir mudar essa taxa nos próximos seis meses. No entanto, esta discussão precisa ser enfrentada porque, num cenário mais realista, temos que trabalhar com as alternativas, se a gente, em paralelo às tratativas políticas, seja com o atual ministro ou futuros ministros conseguir mudar a taxa de captação, ótimo, mas se não mudar, precisamos também trabalhar com cenários sem a mudança da taxa. Marcelo Meirelles: A questão de não mudança dos percentuais praticados, significa que a gente vai aumentar o uso da equalização, e à contramão do esforço que foi iniciado no início de 2019. Eu entendi sua ponderação de não mexermos aqui, numa forma só de sinalização, mas eu reitero que 100 % de equalização foi algo que foi discutido na primeira reunião e a gente não deveria manter 100% da cobertura da TJLP e, 10% de cobertura de TJLP para esse tipo de projeto não tem impacto. A minha sugestão, porque isso já é uma sinalização que estamos querendo reduzir o gasto de equalização. O gasto de equalização, se eu aumento eu vou diminuir o recurso não reembolsável, eu estou falando em recurso não reembolsável, não em investimento em ciência e tecnologia, e sim reposição de taxa. Essa é a questão que é fundamental. É uma questão de sinalização. Nós ficamos três reuniões para discutir e não alteramos nada. Alguma sinalização a gente precisaria dar. General Barroso: Secretário, pode ser que eu esteja equivocado, mas pelo que me recordo, houve uma demanda, na segunda reunião houve uma apresentação. Marcelo Meirelles: Aquela segunda apresentação não atendeu. General Barroso: Secretário Marcelo, podemos continuar a nossa discussão, mas vamos voltar em alguns pontos que talvez não contribuam para a solução. Minha opinião é que nos trouxemos aqui alguns pontos que foram contraditos e ditos, mas foi trazida uma proposta de redução. De lá para cá, acrescentando o que tem de novo aqui, está escrito, estou com a ata aqui, com a pauta do CD, está explícito dizendo que o CD irá realizar estudos, previsão de juros aplicados bem como redução de equalização. Marcelo Meirelles: Mas redução de equalização, é redução para utilização de recursos de equalização, não é taxa, o CD quer utilizar menos recursos não reembolsáveis para equalização. General Barroso: A redução da equalização pode ser por limites ou pelas taxas. Não estou discutindo aqui que não tem que reduzir, que não pode reduzir, nós fizemos uma apresentação e uma sugestão e não foi satisfatória. No momento, seria prudente, não fazer alteração. Talvez eu tenha interpretado errado, mas a redução de equalização pode ser de várias formas, pode ser limite, ao invés de ser 279 passa a ser 200, ou pode ser redução pela taxa de juros de empréstimo. Estou me posicionando dessa maneira. Johnny: Eu posso usar 100 milhões por ano com uma determinada política de equalização, mas se a demanda total for de 250 milhões/ano, qual será o critério para beneficiar um ou outro tomador? Entendo que a chave do processo é justamente isto aí. Com o estoque e com o que vai entrar, projeta-se uma demanda. A Finep tem projetado a demanda de maneira correta, com isso, concordo com o Presidente Barroso. Volto insistir, o ponto chave é rever a TJLP. Mantendo a TJLP a tendência e ter um nível de equalização. Por outro lado, caso haja uma taxa mais atrativa podemos chegar ao ponto de não ter mais equalização. Por exemplo, a Taxa Referencial (TR), usada no Funttel, seria uma alternativa. Enquanto isto não se viabiliza, a questão prática é chegar a um consenso até a próxima reunião da Câmara quanto aos valores mais adequados para a equalização das diversas linhas. Se há espaço para uma nova política, que a mesma seja apresentada na próxima reunião. Isto tem que ser feito com base em estudos e análises. Como está aqui, hoje, não tem como mudar muito, uma alternativa seria manter o que está sendo praticado e fazer ajustes pontuais. Não sei se é viável ou não, é uma decisão de vocês. Entendo que o que está decidido é manter o estudo apresentado pela Finep nesta reunião e posteriormente aprofundar o assunto. Marcelo Meirelles: Não vou criar caso, mas acho que quando a gente sinaliza para o mercado, a gente tem que ter atitude. Estudo não sinaliza para o mercado, estudo posterga a situação. E quando foi realizado o CD, eu acompanhei a questão do estudo, foi resgatando aquela conversa anterior, que vem desde a tramitação do Projeto de Lei do FNDCT, que é da taxa de juros de captação do FNDCT. Meu amigo Marcelo já concordou e eu não vou ser o chato da vez, mas gostaria que a Finep, num prazo de 90 dias apresentasse um estudo do impacto de se realizar a redução das taxas dos valores percentuais a serem equalizados para redução do impacto anual de equalização e, no prazo de 90 dias, a gente pode fazer uma nova reunião para atualizar, não deixando em aberto. Inclusive analisando a possibilidade de eliminação de linhas hoje apoiadas com equalização, porque a intenção do CD é eliminar a equalização, porque com a equalização, estou tirando recurso de investimento em ciência e tecnologia. Esse é o interesse do CD e, aquelas pessoas que se manifestaram querem mais recurso em ciência e tecnologia, preferem mais recurso em subvenção do que em equalização, o setor privado. E a comunidade acadêmica quer muito mais recurso nos diversos, principalmente CT Infra, do que na equalização. Equalização foi algo que surgiu em função das condições de captação, originalmente não estava prevista no ambiente do FNDCT, uma ação relativamente recente e que a gente sabe, tem muitos questionamentos a nível de mercado. Paulo Alvim: Marcelo, podemos então aprovar como está, você concorda? Marcelo Meirelles: Esse grupo que está se falando de rever a taxa do FNDCT, eu estou fazendo parte, e o que se pretende exatamente é que a taxa de captação, a taxa cobrada pelo FNDCT na origem, não seja a TJLP, e na medida em que essa taxa fique menor, o valor fique competitivo e não precise de equalização, esse é o objeto do grupo. Ontem inclusive,

no grupo que estávamos da MEI, tinha representante do BNDES, BDMG e da ABDE, e eu ainda lancei um desafio, eu gostaria de saber dos senhores, se os senhores captarem recursos a TJLP quanto vocês vão cobrar do outro lado, porque sempre tem a referência de comparar a taxa da Finep com a taxa do BNDES. E o que foi dito é que a Finep cobra um valor e o BNDES cobra TLP. Pois é, se o BNDES captasse pagando TJLP, eu gostaria de saber qual é o milagre que ele faz para emprestar cobrando TLP. Esse é um ponto que eu queria colocar. Outra questão que eu queria colocar é, eu tenho salvo aqui as nossas tabelas anteriores e, tenho uma tabela aqui de 11 de março que apresentava esses índices e na ocasião, minha sugestão foi de rever a possibilidade de uma redução linear na casa de 10% a 20% em cada uma das linhas. O estudo que voltou na reunião seguinte, tinha três alternativas: redução de 3%, outra de 4% e a terceira de 5%. Esse é o ponto que queria comentar. Mas ressalto que se trata do ponto de vista da construção filosófica daquilo que foi, no início, o compromisso que o Ministro Pontes assumiu com o Ministro Guedes de reduzir os valores para equalização. Só para ficar claro do que a gente está falando. Agora, a partir daí, eu concordo com você, vamos tocar em frente, é necessário, e vamos cumprir o que é esperado da gente. Paulo Alvim: Assim sendo, a proposta está aprovada com a recomendação de que em 90 dias a Finep apresente uma proposta de redução do valor percentual a ser equalizado, para que isso, venha cada vez mais, ter menor impacto futuro e, como o Marcelo bem lembrou, isso foi objeto da sinalização de duas reuniões. Agradeço a participação e declaro encerrada reunião.

PAULO CÉSAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

Presidente da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação

GENERAL WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO

Membro - Presidente da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP

MARCELO GOMES MEIRELLES

Membro da Câmara Técnica de Políticas de Incentivo à Inovação



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Cesar Rezende de Carvalho Alvim, Secretário de Empreendedorismo e Inovação**, em 04/10/2021, às 19:20 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALDEMAR BARROSO MAGNO NETO (E), Usuário Externo**, em 04/10/2021, às 19:52 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Gomes Meirelles, Secretário de Estruturas Financeiras e de Projetos**, em 05/10/2021, às 11:16 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **8194568** e o código CRC **61934DE3**.